**PRODUÇÃO AUDIOVISUAL NAS LUTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NO BRASIL: DIMENSÕES COMUNICACIONAIS E PISTEMOLÓGICAS**

**Autores**: Marina Tarnowski Fasanello, Inesita Araújo Soares, Marcelo Firpo Porto

**Resumo**

O artigo aborda a potencialidade da produção audiovisual, em especial o cinema documentário, como estratégia comunicacional em torno de lutas sociais. Utiliza como referência a produção recente de filmes a partir de alianças realizadas no Brasil por movimentos sociais, cineastas e grupos militantes de investigação em torno das lutas contra os impactos do agronegócio e os agrotóxicos, e da proposição alternativa de uma agricultura camponesa e agroecológica. Tais lutas aproximam as dimensões comunicacional e epistemológica, pois expressam e atualizam questões com múltiplos sentidos sociais e relevantes para a construção de epistemologias do sul. Temas como a alimentação saudável, o direito à terra e à reforma agrária, e o reencontro entre produção, trabalho e natureza possibilitam diluir fronteiras entre ciência, política, cultura e arte. Acreditamos que a linguagem do cinema, por suas potencialidades criativas de expressão, dialogicidade e polifonia, propicia novas formas de compreender e expressar temas complexos e sensíveis.

**Palavras chave**: cinema; lutas sociais; agrotóxicos; agroecologia; Brasil.

**Abstract**

The article discusses the potential of audiovisual production, especially the documentary film, as a communication strategy for social struggles. We use as reference the recent film production made in Brazil from alliances of social movements, filmmakers and activists research groups around the struggles against the impacts of agribusiness and pesticides, and the alternative proposition of a peasant and agroecological agriculture. Such struggles near the communicational and epistemological dimensions since they express and update issues with multiple social meanings that are relevant to the construction of epistemologies of the south. Topics such as food sovereignty, the right to land and agrarian reform, and the connections between production, labor and nature merge the boundaries between science, politics, culture and art. We believe that the language of cinema, with its creative potentialities of expression, dialogicity and polyphony, provides new ways to understand and express complex and sensitive issues.

**Keywords**: cinema, social struggles, pesticides, agroecology, Brazil.

1. **Introdução: o audiovisual na luta contra o agronegócio e os agrotóxicos pelos movimentos sociais do campo**

Este artigo busca analisar o potencial da produção audiovisual, em particular de cinema documentário, enquanto estratégia de comunicação, visibilidade de lutas políticas de movimentos sociais, mas também enquanto espaço de produção de conhecimentos na perspectiva das epistemologias do sul e da ecologia de saberes. A discussão encontra-se ancorada em experiências brasileiras nos últimos anos de de documentários produzidos a partir de articulações envolvendo movimentos sociais do campo, cineastas e grupos acadêmicos críticos em torno de duas bandeiras. De um lado, a luta contra os impactos do agronegócio e o uso intensivo de agrotóxicos; de outro e como alternativa à primeira bandeira, a luta pela reforma agrária e o desenvolvimento de uma agricultura familiar e agroecológica. A relevância do tema dos agrotóxicos e a existência de uma Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida no Brasil surgida em 2011 vem possibilitando alianças entre movimentos sociais do campo com grupos acadêmicos críticos, em especial da saúde pública brasileira, dada a relevância dos temas ambiental e de saúde relacionados aos agrotóxicos.

Nas últimas quatro décadas, diversos movimentos sociais ressurgem no Brasil com pluriagendas e suas novas modalidades de lideranças (Gohn, 2008), que trazem novas e velhas bandeiras com o protagonismo de sujeitos políticos coletivos que emergem nessas lutas. Inúmeras questões são levantadas, e emergem movimentos sociais no campo (Oliveira, 1994) a partir das lutas por camponeses e agricultores familiares pela reforma agrária e pela agroecologia. Tais lutas abarcam inúmeras questões, como a busca de afirmação de identidades, territórios, culturas e cosmovisões, com o resgate e ressignificação dos sentidos de vida, trabalho, saúde e natureza. Questionam-se os modelos de sociedade existentes e são colocadas como alternativas economias mais solidárias e mercados não subordinados às grandes corporações e à lógica capitalista, com sua busca pelo lucro, exploração do trabalho e desprezo pela natureza.

Os referências teóricos e políticos dessas lutas sociais têm crescentemente ampliado as visões mais clássicas do marxismo e das teorias críticas para incorporar, especialmente a partir da virada do século, abordagens contra hegemônicas no âmbito da investigação social e da políticas. Por exemplo, abordagens pós-coloniais, em especial a partir da obra do investigador poscolonialista Boaventura de Sousa Santos, e proposições como epistemologias do sul e ecologia de saberes, têm sido cada vez mais utilizadas por grupos acadêmicos de distintas áreas do conhecimento, inclusive a saúde pública, também denominada no Brasil de saúde coletiva (Rigotto et al. 2012).

A questão da comunicação em sua relação com as lutas populares e movimentos sociais não é nova na América Latina (Peruzzo, 2006) e guarda profunda relação com a produção da educação popular e a pedagogia da transformação no trabalho de autores como Paulo Freire. Nessa linha, Kaplún (1999) afirma que educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos em que educandos assumem-se cada vez mais como sujeitos de conhecimento e transformação em processos sociais de aprendizagem. Este paradigma libertário e emancipatório de educação e comunicação se confronta com a perspectiva individualista que Freire (1996) denominou de “educação bancária”, voltada a produzir indivíduos isolados, receptores de informações superficiais descontextualizadas que induzem à passividade frente aos sistemas de poder dominantes.

Experiências de comunicação popular têm se intensificado na América Latina desde os anos 1970 e 1980 a partir de processos de comunicação que emergem da ação de grupos populares (Beltrán, 2006). Nos últimos anos, com a democratização dos meios de comunicação como as rádios comunitárias e a internet, assim como a popularização de vídeos, ampliaram alternativas de comunicação popular como estratégia de enfrentamento da mídia hegemônica. O avanço da tecnologia, aliado ao barateamento dos equipamentos digitais e da popularização da internet, vem ampliando possibilidades de produção de vídeos na perspectiva da comunicação popular.

Tanto os movimentos sociais como as várias instâncias de articulação na forma de campanhas, fóruns e redes envolvidos em lutas sociais reconhecem cada vez mais a necessidade de obter visibilidade perante a sociedade para legitimar suas lutas. Para tanto, recorrem a narrativas com diversas possibilidades discursivas, dentre outras, a produção e circulação de audiovisuais. Tais narrativas, contudo, concorrem com a mídia hegemônica e a difusão de versões da realidade produzidas pelo jornalismo e o marketing patrocinado pelas grandes corporações e os interesses do mercado econômico. Como observa Detoni (2010), referenciando-se no trabalho do crítico do cinema documental Bill Nichols, a produção audiovisual do jornalismo hegemônico contemporâneo atua não para provocar e promover consciência social, mas sim para controlar ou anestesiar emoções e afetos diante da realidade exposta. A televisão, seus noticiários e propagandas repassam informações descontextualizadas, despolitizando e neutralizando os fatos. Narrativas são editadas em lógicas de info-entretenimento, como videoclipes que dão a sensação de um mundo que permanentemente segue, independente do telespectador: tragédias acontecem, pessoas morrem, mudam-se líderes, mas noticiários e programas dão a ideia que o mundo continuará existindo, ajudando dessa forma a “acalmar” a quem os assiste e banalizar a realidade. Para enfrentar essa situação e usar a produção do audiovisual em uma perspectiva popular e transformadora, várias estratégias têm sido utilizadas. Por exemplo, Previtali et al, (2013) abordam a relação entre cinema, educação e movimentos sociais a partir de uma experiência do uso de alguns clássicos do cinema brasileiro de ficção ou não-ficção como prática pedagógica e formação política junto ao Movimento Popular pela Reforma Agrária.

No caso do presente artigo, nosso foco é a articulação entre cineastas, movimentos sociais do campo e grupos acadêmicos engajados. Interessa-nos discutir dois elementos dessa aliança: (1) a questão da comunicação no contexto das lutas sociais a partir da produção do cinema documental; (2) de que forma a produção e a linguagem cinematográfica permitem abordar novas epistemologias e constituem um espaço privilegiado para experimentos sociais de transição paradigmática e ecologia de saber. Antes de abordar tais questões, apresentaremos o contexto em que a produção audiovisual tem se dado no Brasil a partir de lutas sociais em andamento que enfrentam o modelo agrícola dominante e o uso intensivo de agrotóxicos.

Acreditamos que o tema do artigo aproxima o campo da comunicação com noções como a epistemologia do sul e a ecologia de saberes, tal como propostas por Boaventura Sousa Santos (2007). A articulação entre movimentos sociais, cineastas e a academia pode ser vista como inovadora não apenas em sua dimensão comunicacional, mas enquanto construção de novas formas de produzir conhecimentos A discussão sobre os agrotóxicos é exemplar nesse sentido, pois contribui para a articulação campo-cidade e a transição paradigmática resultante de embates tanto políticos como epistemológicos. O agrotóxico e seus efeitos à saúde e ao meio ambiente são objetos de conhecimento que envolvem uma série de dimensões técnico-científicas muito especializadas, como a clínica, a toxicologia, as ciências ambientais e do risco, amplamente influenciadas por uma lógica de produção e dominação vinculada às epistemologias do norte. Há, portanto, um grande desafio de caráter tanto epistemológico quanto político para o campo da comunicação, no sentido de serem construídos processos que expressem para a sociedade o que está em jogo nesse embate.

**2- A luta contra o agronegócio e os agrotóxicos no Brasil, formação de alianças e produção audiovisual**

São diversos os movimentos sociais do campo, da floresta e das águas no Brasil que vêm lutando, de um lado, contra o uso intensivo de agrotóxicos e seus impactos à saúde, decorrentes da expansão do agronegócio e dos monocultivos, culminando com o fato do Brasil, desde 2008, ter se tornado o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Por outro, lutam pela reforma agrária, pela agroecologia, pela segurança e soberania alimentar, bem como por uma saúde do campo que reconheça as necessidades dessas populações e seus saberes (RIGOTTO et al., 2012). Dentre os movimentos sociais envolvidos em tais lutas destacam-se a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Esses movimentos têm sido apoiados desde o início do governo Lula por políticas públicas que, no âmbito do Programa Fome Zero, fortaleceram, ainda que de forma contra hegemônica, a agricultura familiar e camponesa, bem como a transição agroecológica. Entre as políticas relevantes desse período podemos destacar a atualização e ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este último ampliando a inserção do agricultor familiar em escolas públicas do país (Hespanhol, 2013). Além disso, em 2013 foi criado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), cuja implantação passou a ser crescentemente restrita com o agravamento da crise política e institucional brasileira principalmente a partir de 2015, a qual recentemente culminou com o processo de impeachment da Presidente Dilma Roussef e seu afastamento do governo, em processo denunciado por vários grupos como um golpe midiático, parlamentar e jurídico. Cabe também comentar que, mesmo antes da crise, o governo de coalizão do PT sempre possuiu uma série de contradições, pois ao mesmo tempo em que apoiava medidas de apoio à agricultura familiar, subsidiou fortemente medidas de apoio ao agronegócio de exportação, com o apoio de vários grupos conservadores no Congresso Nacional.

Mesmo com tais contradições, desde 2003 o governo do Partido dos Trabalhadores conseguiu implementar políticas progressistas para a agricultura familiar em sua relação com a reforma agrária e a agroecologia, inclusive em setores como a saúde. Cabe destacar a criação pelo Ministério da Saúde (MS), em 2011, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta e das Águas (PNSIPCF ) no âmbito do Grupo da Terra, uma instância de diálogo dentro do MS criado em 2005. Tais populações incluem, além dos agricultores familiares, camponeses e trabalhadores rurais, diversas populações que habitam territórios não urbanos, incluindo os chamados povos tradicionais, como quilombolas, pescadores tradicionais, ribeirinhos, marisqueiros, caiçaras, além de populações tradicionais de regiões específicas do Brasil, como os geraizeiros e os faxinalenses, dentre outros (LITTLE, 2002).

As populações consideradas da floresta, do campo e das águas no âmbito da PNSIPCF abrangem uma grande variedade de situações, pois são habitantes e trabalhadores de territórios específicos cujos modos de vida e relação com a natureza espelham uma relação histórica mais profunda imersa na cultura e cosmovisões desses povos. Nesse artigo o foco se concentrará nas populações de agricultores familiares e camponeses articulados com alguns movimentos sociais já citados, como o MST, o MPA, a CONTAG e a ANA. Para autores como Van der Ploeg (2008) e Petersen (2009), diversas comunidade do campo possuem uma condição camponesa caracterizada pela luta para a autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas, fazendo com que o modo de produção camponês na atualidade, ainda que adaptado e diversificado, seja profundamente diferente do adotado pela empresa agrícola moderna ou pelo agronegócio enquanto agricultura capitalista industrializada. Há, portanto, uma permanente resistência por parte da agricultura familiar camponesa para não se subordinar à lógica da agronegócio e da chamada revolução verde moderna. Esta representa a moderna agricultura empresarial no capitalismo globalizado com a produção de *commodities* rurais, num processo desenvolvido principalmente ao longo do século XX e que persiste na atualidade marcada pela intensa mecanização, ampliação de monocultivos, dependência de agroquímicos e, mais recentemente, introdução de biotecnologias como os transgênicos.

As lutas dos movimentos sociais do campo surgidos principalmente nos últimos quinze anos no Brasil passaram a incluir articulações com diversos grupos de investigadores críticos, apoiados em pesquisas participativas com referenciais como a pesquisa-ação, ciência militante e ecologia de saberes (Rigotto et al. 2012; Porto, Rocha e Finamore, 2014; Carneiro et al. 2015). Três exemplos de ações relacionados a essas lutas são marcantes no contexto brasileiro:

(i) a *Campanha Permanente contra Agrotóxicos e pela Vida* (http://www.contraosagrotoxicos.org/) é uma coalização capitaneada por movimentos sociais do campo com diversas organizações que têm por objetivo sensibilizar a população brasileira para os riscos que os agrotóxicos representam, e a partir daí tomar medidas para reduzir e eliminar seu uso no Brasil. Segundo a Campanha, atualmente existem provas dos inúmeros problemas causados pelos agrotóxicos tanto para quem o utiliza na plantação, quanto para quem o consome em alimentos contaminados. Ao mesmo tempo existem alternativas concretas, pois milhares de agricultores familiares no Brasil já adotam a agroecologia e produzem alimentos saudáveis com produtividade suficiente para alimentar a população. Portanto, mais que eliminar o uso dos agrotóxicos, a luta é por outro modelo de desenvolvimento agrário que valoriza a agricultura familiar e a agroecologia ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, que acredita no campesinato e não no agronegócio, que considera a vida mais importante do que o lucro das empresas. A Campanha foi lançada em 2011 no dia mundial da saúde (7 de abril) reunindo a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (FBSSAN). A Campanha recebeu adesões de sociedades científicas como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e de instituições públicas como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto Nacional do Câncer (Inca). Além dessas, outras entidades vêm se somando em mais de vinte comitês estaduais no Brasil e em diversos comitês locais. Inicialmente enfocando a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, foi produzido o documentário *O Veneno Está na Mesa*, em parceria com o cineasta Silvio Tendler, considerado um dos mais importantes documentaristas brasileiros da atualidade. Como veremos mais a frente, o filme tem possibilitado uma maior visibilização da Campanha, ampliando o debate e aproximando as relações campo-cidade, por exemplo, através do maior envolvimento dos consumidores de alimentos no questionamento ao modelo de produção agrícola do agronegócio.

(ii) *O Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos* (https://www.facebook.com/forumnacionaldecombateaosimpactosdosagrotoxicos/) funciona como rede articuladora de caráter mais institucional de ações concretas de combate aos impactos dos agrotóxicos no país. Ele promove articulação entre governos e sociedade civil para o enfrentamento dos efeitos nocivos dos agrotóxicos à saúde do trabalhador, do consumidor e do meio ambiente. Coordenado pelo Ministério Público do Trabalho, foi criado em 2009 a partir da experiência do Fórum criado no estado de Pernambuco em 2001 em função do quadro preocupante de contaminação de trabalhadores e do meio ambiente na região. O Fórum reúne diferentes setores de governo, movimentos sociais, sindicatos, organizações governamentais e não governamentais, associações profissionais, universidades e entidades acadêmicas. Sua natureza mais institucional se diferencia da forma organizativa mais militante e combativa da Campanha, coordenada por movimentos sociais do campo. Por intermédio do Fórum, o Ministério Público realiza, entre outras atividades, audiências públicas, investigações e firma Termos de Ajustes de Conduta (TAC) para a redução e restrição do uso de agrotóxicos. Atualmente, cerca de quinze estados já constituíram seus fóruns e estão organizados em comissões para auxiliar as atividades dos ministérios públicos.

(iii) *O Dossiê Agrotóxicos: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde* (http://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wp-content/uploads/2013/10/Dossi eAbrasco2015\_web.pdf) foi produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Ele é uma reunião de textos produzidos desde 2012 e lançado como livro em 2015, e tem sido amplamente usado e referenciado por movimentos sociais e organizações envolvidos tanto na Campanha como no Fórum, citados anteriormente. O Dossiê está organizado em quatro partes. A primeira tem foco na segurança e soberania alimentar, a segunda dialoga com os grandes dilemas do desenvolvimento e a terceira parte tem o foco na ciência e na ecologia de saberes. A quarta e última parte, denominada a crise do paradigma do agronegócio e as lutas pela agroecologia, traz uma atualização sobre os debates em torno do tema realizados até o ano de 2014, alertando também para a tendência à desregulamentação dos agrotóxicos no Brasil como decorrência da pressão do setor do agronegócio e dos novos projetos de lei apresentados no Congresso federal pela chamada bancada ruralista, em especial a partir do primeiro mandato de Dilma Roussef (2011). A proposta do dossiê surgiu em 2011, diante da constatação da crescente gravidade do problema dos agrotóxicos no Brasil, país que se tornou desde 2008 o maior consumidor mundial. A magnitude do problema é ampliada pelas dificuldades do Estado e da sociedade brasileira em garantir o direito à saúde neste campo. Outro elemento que resultou no Dossiê foi a forte aproximação de grupos de pesquisa vinculados à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) com movimentos sociais do campo e ligados à agroecologia.

Diante da relevância do Dossiê para a questão do conhecimento e a construção de outras epistemologias, item que será aprofundado mais a frente no artigo, apresentaremos mais informações sobre sua organização e proposta. Já na apresentação do Dossiê, a Direção da Abrasco afirma que o livro tem por base uma proposta de ciência engajada, militante ou cidadã realizada por pesquisadores da saúde coletiva junto com os movimentos sociais. Esse trabalho tem produzido discursos contra hegemônicos sobre o tema dos agrotóxicos, os quais enfatizam a determinação social na produção de iniquidades sociais com repercussões nos processos de saúde e doença.

A chamada determinação social é de especial relevância no desenvolvimento, desde os anos 1970, da chamada Medicina Social latino-americana e na construção da saúde coletiva no Brasil. Segundo Nogueira (2010), a teoria da determinação social produzida na América Latina a partir de autores como o equatoriano Jaime Breilh (2006), compreende as relações sociais de produção, os sistemas econômicos e de poder enquanto produtores e reprodutores de desigualdades sociais com implicações sobre os processos saúde-doença das populações. Isso ocorre basicamente pela forma como o capitalismo e suas lógicas de acumulação se desenvolvem em dado contexto histórico, social e espacial, produzindo desigualdades sociais que influenciam nos processos de adoecimento e morte (morbimortalidade) das populações. Trata-se, portanto, de um conceito central não apenas no conjunto da saúde coletiva, mas na construção de discursos que permitem denunciar o mal do agrotóxico em sua relação com a agricultura industrial e empresarial capitalista no contexto atual da globalização e do comércio internacional. Para além da denúncia, essa abordagem se alia a outra perspectiva de agricultura camponesa e agroecológica contra hegemônica que tende a ser silenciada pelo poder do discurso ideológico expresso na mídia dominante e de várias instituições. Por isso o Dossiê também aponta como alternativa ao agronegócio capitalista a agricultura camponesa e agroecológica.

Fruto de todas essas frentes de caráter simultaneamente social, político e epistemológico, a produção e a circulação filmes produzidos por cineastas articulados com movimentos sociais e grupos acadêmicos existentes passou a ser uma estratégia utilizada nos últimos anos. Dentre os exemplos mais conhecidos no Brasil encontram-se dois documentários dirigido pelo cineasta Silvio Tendler em parceria com a Campanha Permanente Contra Agrotóxicos chamados o “O Veneno está na Mesa 1” e “O Veneno está na Mesa 2”; “Chapada do Apodi: Morte e Vida” de Tiago Carvalho, uma realização da Articulação Nacional de Agroecologia em conjunto com o Canal Saúde da Fiocruz; e “Pontal do Buriti: Brincando na chuva de Veneno” de Dagmar Talga, envolvendo, além da Campanha contra Agrotóxicos, a Comissão Pastoral da Terra; “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, uma realização da Fiocruz, UFMT, Secretaria de Saúde de Estado de Saúde do Mato Grosso e Ministério da Saúde. Estas e outras produções audiovisuais vêm sendo amplamente usadas pelos vários movimentos sociais, instituições e articulações em torno de suas lutas e agendas.

No caso dos filmes “O Veneno está na Mesa 1” e “O Veneno está na Mesa 2”, ambos encontram-se disponíveis em diferentes sites. Movimentos como a Via Campesina, o MST e o MPA tiveram especial relevância na construção da proposta. Apenas no canal do YouTube uma das versões do Veneno 1 já havia tido cerca de 400 mil visualizações até maio de 2016, enquanto o Veneno 2 mais de 200 mil. Podem ser considerados os principais documentários sobre o tema e têm sido amplamente usados como base de debates públicos em inúmeros espaços pela rede de articulação de movimentos sociais e organizações, frequentemente com mesas de debate com a presença do cineasta, representantes de movimentos sociais e de cientistas militantes engajados na Campanha Contra Agrotóxicos.

Outro exemplo interessante é o filme “Nuvens de Veneno” de Beto Novaes, com mais de 30 mil visualizações no canal do YouTube até maio de 2016. Este filme foi uma realização da Fiocruz, Universidade Federal de Mato Grosso, Secretaria de Saúde de Estado de Saúde do Mato Grosso e Ministério da Saúde teve articulação com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, na sua produção. È interessante mencionar que o estado de Mato Grosso é um dos maior consumidores de agrotóxicos do Brasil em função da importância dos monocultivos de soja para exportação.

**3- A dimensão comunicacional e a produção social dos sentidos nas lutas sociais**

Na interface entre, de um lado, a denúncia ao modelo do agronegócio, o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, e de outro o anúncio de alternativas camponesas e agroecológicas, é necessário refletir de forma crítica sobre os nós e dificuldades impostos à escuta das necessidades dos agricultores familiares, camponeses e os movimentos sociais do campo. Trata-se, portanto, de um processo de comunicação que nos sugere uma luta pela visibilidade das questões em jogo, por melhores condições de produzir e fazer circular os sentidos e necessidades dos movimentos sociais em luta, ou seja, de serem ouvidos e levados em consideração.

Tal perspectiva, em nossa abordagem, se nutre dos avanços conceituais e metodológicos que a aproximação entre os campos da comunicação e da saúde coletiva tem propiciado nos últimos anos no Brasil (Araújo e Cardoso, 2007), pois esta surge no movimento de afirmação da comunicação como espaço de construção de conhecimentos científicos e também espaço de cidadania na construção da saúde coletiva. Assumindo uma definição de campo proposta por Pierre Bourdieu (1997), as autoras descrevem o campo da Comunicação e Saúde como um espaço social de interfaces, historicamente constituído, dinâmico e permanentemente atualizado por meio de disputas por posições e capitais materiais e simbólicos. Uma das tarefas da comunicação e saúde seria explicitar a comunicação como dimensão constituinte e constitutiva dos processos de determinação social da saúde, dado que os discursos definidos como práticas sociais. Segundo Milton Pinto (2002), a linguagem verbal e as outras semióticas com que se constroem os textos são parte integrantes do contexto sócio histórico, tendo assim atribuição na reprodução, manutenção ou transformação da representações feitas pelas pessoas e das relações e identidades com que se definem uma sociedade. Portanto, é “por meio dos textos que se travam batalhas, levando os participantes de um processo comunicacional a buscar a hegemonia de seu discurso” (p.28).

Uma abordagem da comunicação como a apresentada anteriormente envolve temáticas como a questão do direito à comunicação; da comunicação em rede como questão estratégica; do acesso à informação por parte de grupos e classes excluídos e discriminados; da criação de sistemas alternativos de comunicação como forma de rejeição aos regimes hegemônicos. Por exemplo, como redes e ciclos de comunicação são operados pelos que produzem e que fazem circular seus sentidos, ao mesmo tempo em que se apropriam de outros discursos circulantes, permitindo inovações nos sentidos sociais de temas como, em nosso caso, a saúde e o meio ambiente (Araújo e Cardoso, 2007). Tal perspectiva de comunicação se move no amplo espaço das teorias da produção social dos sentidos, que situam o processo de enunciação em contextos históricos e sociais. Diversos autores, como Fairclough (2001), operam neste espaço teórico da produção social dos sentidos, afirmando que a enunciação não se produz de forma imanente, mas sim socialmente. O trabalho de Bakhtin também tem sido de grande relevância na forma de pensar a questão da produção e circulação de sentidos na dimensão das palavras, entendidas como arenas das disputas simbólicas. Para o autor russo, as ideias de linguagem e discurso estão relacionadas ao pressuposto que todo signo, entendido como tudo aquilo que significa, é intrinsicamente dialógico. Quer dizer, não há um sentido unívoco e estático das palavras ou qualquer outro signo. Portanto, a filosofia da linguagem de Bakhtin estão vinculadas a noções como dialogismo, inconclusividade e polifonia, conceitos importantes para pensarmos a comunicação enquanto dinâmica, histórica e contextual, sempre em (re)construção de acordo com os processos sociais em jogo. Para Ribeiro e Sacramento (2010), conceitos como polifonia e dialogismo permitiram relacionar as práticas discursivas com o conjunto das formações sociais, deixando de considerá-las como somente visões de mundo, como a expressão estabilizada das concepções de um dado grupo social, mas como um lugar de trabalho e interlocução, como um domínio aberto e instável.

Outra discussão interessante no campo da comunicação de interesse para nosso trabalho é sobre comunidades discursivas. Trata-se de um conceito originalmente proposto pelo linguista Dominique Maingueneau (1993) e que designa as pessoas que produzem discursos, que promovem sua circulação, que se reúnem em seu nome, nele se reconhecem. Tal proposição nos ajuda a compreender a aliança entre movimentos sociais, cineastas e cientistas militantes enquanto emergência de novas comunidades discursivas, envolvidas na produção e a circulação de novos discursos. Tal abordagem permite perceber os discursos para além das estruturas institucionais e evita considerar as instâncias mediadoras como simples pontos de passagem dos discursos, já que os processos que se realizam em tais instâncias também possuem a capacidade de produzir sentidos.

O tema dos agrotóxicos ressalta a importância da saúde e sua dimensão comunicacional no conjunto da sociedade, e em torno desse tema e das lutas sociais existente conformam-se comunidades discursivas. O caso dos agrotóxicos é exemplar, já que há uma banalização do problema na medida em que os dados não são fornecidos ou facilmente pesquisados, e a própria terminologia contribui para a sua invisibilização: em vez de agrotóxicos ou veneno, a mídia hegemônica e instituições que servem ao agronegócio e ao poder dominante disseminam expressões como defensivos agrícolas ou remédio contra pragas.

Os processos de invisibilização decorrentes dos discursos hegemônicos são reforçados por diversos mecanismos, por exemplo: as concepções autoritárias; a exclusividade da fala institucional representada pela monocultura discursiva em prol do desenvolvimento do agronegócio como base para o crescimento econômico do país; a desqualificação de outras vozes e saberes, expressa nas falas de especialistas e empresários que desqualificam a atuação de organizações aliadas aos movimentos sociais e que atuam na Campanha Contra os Agrotóxicos considerando-as ideológicas ou má ciência (“junk science”); a desconsideração dos contextos específicos que ignoram as várias formas de exposição e dificuldades de leitura das recomendações técnicas quanto ao “uso seguro” dos agrotóxicos; a abordagem da comunicação clássica que se propõe a difundir informações a partir de especialistas selecionados que revelam “verdades técnicas”, descartando sua dimensão de interlocução com a sociedade, especialmente, com os grupos mais atingidos e vulneráveis (CARNEIRO et al., 2015).

**4- Comunicação, audiovisual e produção de conhecimento na perspectiva da epistemologias do sul e da ecologia de saberes**

A produção de documentários decorrentes da articulação dos movimentos sociais com diversos grupos, em especial acadêmicos, como a disputa política nas quais estão inseridos, podem ser pensadas a partir da ideia de que uma pluralidade de vozes em diálogo também implica, em termos epistemológicos, numa pluralidade de saberes em relação. Ou seja, compreendemos a dimensão comunicacional em estreita relação com a dimensão epistemológica.

Podemos dizer que o modo de se fazer pesquisa e produzir conhecimento influencia fortemente, de um lado, a invisibilização de saberes pela imposição de paradigmas que elegem formas muito particulares de ver o mundo e os fenômenos que se quer compreender, excluindo outras possibilidades. Quanto mais monodisciplinar e restrita é tal imposição, mais a ciência se aproxima do que Sousa Santos (2002) denomina de monocultura do saber. De outro, a emergência de novas epistemologias do sul, em especial a partir de saberes e experiências invisibilizados pela ciência e pelos processos comunicacionais hegemônicos, depende de um modo de produção de conhecimentos que abarque distintos saberes por meio de processos dialógicos na direção do que o autor denomina ecologia de saberes. Portanto, neste artigo defendemos a posição que uma comunicação de natureza emancipatória parte da emergência de comunidades discursivas e de novas epistemes conectadas a lutas sociais com a emergência de saberes que confrontam os instituídos.

A transição paradigmática proposta por Sousa Santos, Meneses e Nunes (2004), sugere busca permanente de novos espaços e experimentos de emergência dos saberes desprezados, expresso na proposição de uma sociologia das ausências, que indica as invisibilidades decorrentes da dominação colonial, eurocêntrica e capitalista do Norte Global. Como contraponto, também sugere uma sociologia das emergências, reveladora de saberes provenientes principalmente do Sul Global que indicam possibilidade de transição paradigmática.

Nessa perspectiva, o conhecimento é produzido na relação intersubjetiva que emergem no contato de diferentes epistemes (Nunes, 2008), já que as diferenças só se manifestam em relação. Diversos autores têm incorporado essa característica relacional e dialógica na produção de conhecimentos em torno de práticas emancipatórias a partir de proposições como a noção de ecologia de saberes de Sousa Santos (2007), a exotopia para Mikhail Bakhtin (Brait, 2006), e o pensamento liminar para Walter Mignolo (2003), que afirma somente ser possível uma mudança na América Latina a partir da descolonização da subjetividade.

Na perspectiva comunicacional que adotamos, o audiovisual não deve ser visto apenas por sua dimensão instrumental, mas também por uma racionalidade estético-expressiva, que tem sido negada pela razão ocidental, também denominada por Sousa Santos (2008) de razão indolente. Tal razão é caracterizada por ser impotente (que não atua diante de necessidades exteriores a ela mesma), arrogante, metonímica (que se reivindica como a única forma de racionalidade), e proléptica por não pensar o futuro em função das caraterísticas anteriores. Além disso, tal perspectiva permite analisar o audiovisual pelas lentes do conhecimento e da descolonização do saber. Para Sousa Santos (2002), deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante, sendo necessária uma transição paradigmática que se propõe enfrentar a colonialidade do saber e do poder nas disputas pelo imaginário (Quijano, 2005).

Na obra de Sousa Santos, propostas como as epistemologias da cegueira e da visão, as sociologias das ausências e emergências, as epistemologias do sul e de uma ecologia de saberes são centrais para essa transição. Sousa Santos (2000) define a epistemologia da cegueira como aquela que exclui, ignora, silencia, elimina e condena à não-existência epistêmica tudo o que não é suscetível de ser incluído nos limites de um conhecimento que pretende conhecer para dominar. Uma alternativa em oposição seria a construção de uma epistemologia da visão, a qual busca reconhecer as ausências e as emergências em que se configuram outros presentes e outros futuros, que apontem para a emancipação. Portanto, para Sousa Santos, as condições de realização de futuros possíveis pautados em processos emancipatórios apontam a tarefa de desenvolver uma sociologia das ausências e das emergências.

Em ensaio específico que discute tais conceitos, Sousa Santos (2002) parte de três pressupostos: (i) que a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo, pautada em uma razão indolente, impotente e arrogante que conformam a ideia de uma razão única moderna, também chamada de a razão metonímica , que se reivindica como a única forma possível ou verdadeira de racionalidade; (ii) a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade; (iii) finalmente que a concepção ocidental de racionalidade baseia-se, de uma lado, na contração de um presente rasteiro, entrincheirado entre o passado e o futuro; e por outro, em expandir o futuro indefinidamente a ponto de vivermos a perplexidade característica de nossa civilização: a fugacidade da vida presente. Para enfrentar essa crise, Sousa Santos nos propõe uma inversão: expandir o presente e contrair o futuro para criar as condições de resgate das inúmeras experiências sociais com potencial emancipatório. Dessa forma, para expandir o presente é proposta uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.

A sociologia das ausências é proposta como uma abordagem que visa demonstrar que o que não existe na visão ocidental é, em grande medida, resultado de um processo ativo de invisibilização pelo fato de certas realidades serem desqualificadas, consideradas ininteligíveis e descartáveis. Portanto, o objetivo central da sociologia das ausências é transformar objetos impossíveis em possíveis e, a partir daí, transformar as ausências em presenças.

A tarefa da sociologia das ausências seria então quebrar as cinco monoculturas de nossa civilização ocidental e sua racionalidade: do saber que transforma a ciência moderna e a alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética; do tempo linear com a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, e o que se opõe a essa direção é atrasado, primitivo, obsoleto, subdesenvolvido; da naturalização das diferenças por uma lógica da classificação social que naturaliza diferenças e hierarquias, base dos diferentes racismos e sexismos; da lógica da escala dominante, que na modernidade ocidental aparece sob duas formas principais, o universal e o global, as quais definem entidades ou realidades em outras escalas como particulares, locais, excêntricas; por fim, a monocultura dos critérios de produtividade capitalista com sua lógica produtivista que torna inquestionável o crescimento econômico, sendo outras realidades consideradas como improdutivas, estéreis, profissionalmente desqualificadas ou decorrentes da “preguiça”. Dessa forma, são constituídas as cinco principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Portanto, é preciso considerar e dar credibilidade às alternativas e experiências contra hegemônicas, criando as condições para as disputas políticas e argumentativas com as experiências hegemônicas. Para isso, é necessário identificar os modos de confrontar e superar a concepção de totalidade que a razão metonímica sustenta, o que implica em cinco ecologias em oposição às cinco monoculturas: (i) a dos saberes; (ii) das temporalidades; (iii) dos reconhecimentos; (iv) das trans-escalas; por fim (v) da produtividade concebida para além da lógica capitalista.

Compreendemos que existe aqui uma importante confluência entre a proposição de Sousa Santos com as proposta de uma comunicação bakhtiniana que buscamos seguir. Isso fica ainda mais claro quando o sociólogo sugere dois tipos de imaginação, a epistemológica e a democrática, como estratégia de confrontação com o senso comum científico hegemônico. A imaginação epistemológica permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas, enquanto a imaginação democrática permite o reconhecimento de diferentes práticas e atores sociais. Ambas as imaginações possuem uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva. A desconstrução assume cinco formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir. A reconstrução é constituída pelas cinco ecologias proposta por Sousa Santos apresentadas anteriormente.

Enquanto a sociologia das ausências visa dilatar o presente pelo resgate das experiências e saberes existentes, porém invisibilizados, a sociologia das emergências tem por missão a contração do futuro. Isto é, substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear da modernidade capitalista ”um vazio que tanto é tudo como é nada” (Sousa Santos, 2002, p. 254) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através de inúmeras atividades de cuidado, solidariedade, um movimento latente que, embora não completamente determinado e com inúmeras incertezas, se expressa de muitas formas e pode significar uma tendência, um processo de natureza emancipatória, um “ainda-não” de natureza libertária. Um retorno ao mundo das possibilidades, desprezado, segundo Sousa Santos, pela filosofia ocidental. Os momentos dessa possibilidade enquanto potência transformadora seriam a “carência (manifestação de algo que falta), a tendência (processo e sentido) e a latência (o que está na frente desse processo)” (SOUSA SANTOS, 2002, p.256). Portanto, a sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas por meio de experimentos sociais em andamento.

Para Sousa Santos, “enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais” (2002, p.257). Por isso acreditamos que, em especial, a proposição de uma sociologia das emergências é um guia, uma direção importante para uma comunicação transformadora na construção de outros futuros. Ela permite uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo, identificando neles as tendências de futuro que podem maximizar a probabilidade de esperança em contraposição à frustração. Isso tem a ver com a ideia da imaginação sociológica (Sousa Santos, 2002) e seu duplo objetivo: conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança, e definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições.

O próprio autor reconhece essa relevância ao considerar as experiências de comunicação e de informação como objetos relevantes para as sociologias das ausências e emergências. Elas levantam diálogos e conflitos possíveis, derivados da revolução das tecnologias de comunicação e de informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação social globais, por um lado, as redes de comunicação independente transnacionais, regionais e locais e as diferentes mídias independentes alternativas. Consideramos o audiovisual nessa perspectiva e as lutas contra os agrotóxicos e pela agroecologia como experimentos sociais que nos convidam tanto a dar visibilidades como construir novos futuros possíveis a partir dos anúncios em torno da produção de alimentos saudáveis com economias solidárias e novos paradigmas na relação entre sociedade, trabalho e natureza.

**5- Considerações finais: processos comunicacionais e novas epistemologias a partir de linguagens sensíveis e criativas**

No artigo buscamos compreender o potencial de audiovisuais produzidos a partir de alianças entre movimentos sociais, cineastas e cientistas engajados em torno de lutas sociais como um espaço interessante para a promoção, emergência e fortalecimento de novas comunidades discursivas, espaços que também contribuem para novas epistemologias. As lutas sociais, os processos comunicacionais e as disputas epistemológicas estão inscritos nas relações de poder e no sistema de acumulação capitalista, os quais buscam não apenas invisibilizar as lutas e as proposições de alternativas, mas naturalizar e considerar como inevitáveis ideias como a agricultura industrializada do agronegócio, as tecnologias e o modelo de ciência que sustentam tal agricultura e seus alimentos, noções como progresso e moderno (em oposição a atrasado e primitivo).

Uma crítica às estruturas de poder hegemônicas atua dialeticamente com uma desconstrução das suas políticas de dominação, paralelamente à construção e promoção da criatividade da ação coletiva e individual, já que o coletivo não deveria ser construído para esmagar a criatividade que existe no seio das comunidades e das pessoas. Nesse sentido, as novas agendas políticas fortalecidas ao longo do século XX e que fazem emergir novos movimentos sociais – como o feminismo, o ecologismo, a luta contra o racismo e diversas formas de discriminação relacionadas à dimensão étnica ou da sexualidade – trazem à tona dinâmicas fundamentais para serem articuladas simultaneamente com processos políticos, econômicos, culturais, institucionais e científicos em torno de temas como a produção de alimentos, a saúde e a proteção ambiental.

Além de ser necessário reconhecer as várias formas de poder que permitam a ampliação do político, criando condições para a emergência dentro do político de formas mais horizontais e autônomas que possam se expressar através da radicalização do processo democrático, é igualmente necessária criar as bases expressivas e processos comunicacionais que ampliem os ciclos de debates e a transição paradigmática em situações de fronteiras e tensões.

Acreditamos que temas como a denúncia às mazelas do agronegócio e dos agrotóxicos compõem uma importante agenda política, epistemológica e comunicacional, Para além da denúncia, a iniciativa da agroecologia no Brasil se constitui como um dos projetos utópicos presentes no cotidiano de inúmeras comunidades do campo e que dão respostas concretas no presente a questões subjacentes à crise civilizatória que vivemos. A proposta agroecológica resgata práticas e saberes do campesinato e outros povos das florestas e águas, vinculados a uma busca da construção permanente de autonomia tanto no âmbito do trabalho, como na relação com a natureza que impregna cosmovisões e produções simbólicas presentes na cultura desses povos. Ao mesmo tempo, a agroecologia reconhece e busca a integração do conhecimento científico da natureza, das técnicas e do funcionamento da ecologia, da agronomia (renomeada como o estudo e prática em torno dos agroecossistemas), dos mercados com novos sentidos sociais, como os mercados institucionais, por exemplo, para as escolas públicas de uma região a partir de experiências de educação do campo e escolas da família agrícola, as feiras agroecológicas, dentre outras (Almeida; Petersen; Cordeiro, 2001).

Assumimos em nosso artigo que compreender práticas de comunicação nas lutas contra os agrotóxicos e pela agricultura camponesa e agroecológica significa percebê-las como produtoras de sentidos por meio de comunidades discursivas e processos dialógicos. A produção e circulação de audiovisuais como o cinema documentário pode ser compreendido como estratégia de se fazer ouvir, de desconstruir e reconstruir versões e valores em torno de questões como a produção de alimentos, a crise ambiental, os problemas de saúde e alternativas de sociedade. Ela libera forças criativas e expressivas impulsionadas pela busca imaginativa de compreensão, de sentidos, de beleza e de justiça que compões a vida de qualquer comunidade ou civilização.

Para uma transformação emancipatória é preciso entender os projetos de sociedade em disputa em situações concretas e pensar nas formas de promover a criatividade individual e coletiva a partir destes espaços de emergência de transformação, onde há tensões, conflitos e opressão, mas também alternativas a esta opressão. Nesse sentido, a construção de agendas políticas dentro e entre distintos movimentos sociais busca verificar de que maneira cada uma destas agendas de opressão e de libertação podem se articular entre si em novas constelações, considerando as várias tensões que surgem nesse processo de diálogo e articulação. A nosso ver, a produção audiovisual potencializa novas constelações por trazer consigo processos criativos que valorizam experiências humanizadoras para além da gramática da linguagem textual e discursiva, ampliando e articulando novos sentidos de saúde, natureza, trabalho, alimentação, dentre outros temas.

**Bibliografia**

* ARAUJO, I. S. (2002). *Mercado simbólico: interlocução, luta, poder, Um modelo de comunicação para políticas públicas*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de janeiro.
* \_\_\_\_\_\_. (2004). Mercado Simbólico: um modelo de comunicação para políticas públicas. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, 8 (14): p.165‐177.
* ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M. (2007). *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 152 p.,.
* ARAUJO, I. S., CARDOSO, J. M., LERNER, K. (2007) Comunicação e saúde: um olhar e uma prática de pesquisa. *ECO-PÓS* 10 (1): 79‐92.
* ARAUJO, I. S.; CARDOSO, J. M.; MURTINHO, R. (2008) A Comunicação no Sistema Único de Saúde: Cenários e tendências. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE INVESTIGACIÓN DE LA COMUNICACIÓN, 9, México DF. Disponible een: <http://www.alaic.net/alaic30/ponencias/cartas/Comunicacion \_y\_salud/ponencias/GT7\_12Inesita.pdf>.
* BAKHTIN, M. (1997) *Estética da Criação Verbal*. Editora Martins Fontes, São Paulo.
* BOURDIEU, P. (1997) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
* BREILH J. (2006) Epidemiologia Crítica: Ciência Emancipadora e Interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
* CARNEIRO, F. F. et al. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. Rio de Janeiro / São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2015.
* COSTA, L. R. (2016). Ideologia e divulgação científica: uma análise bakhtiniana do discurso da revista Ciência Hoje. Bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso.* 11 (2): 33-51, 2016.
* FAIRCLOUGH, N. (2001) *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.
* FREIRE P. (1996) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa*. 36ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.
* GOHN, M.G. (2008) Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na américa latina. *Caderno CRH*, Salvador, 21 (54): 439-455.
* HESPANHOL, R. A. M. (2013). Programa de Aquisição de Alimentos: Limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 25 (3): 469-483.
* LITTLE, P. E. (2002). *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: Universidade de Brasília.
* MAINGUENEAU, D. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes/UNICAMP.
* MIGNOLO, W. D. (2003) *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
* NUNES, J. A. (2008). O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (80), 45-70.
* PERUZZO, C. M. K. (2006). Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB. Vol. 6.
* PETERSEN, P. (2009) Introdução. In: PETERSEN, Paulo (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA.
* PINTO, M. J. (2002). Comunicação e discurso: introdução à Análise de Discursos. São Paulo: Hacker, 2ª edição.
* PORTO, M. F., ROCHA, D. F., FINAMORE, R. (2014) Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 19 (10): 4071-4080.
* QUIJANO, A. (2005) Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados* (São Paulo) 19 (55).
* RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I. (2010). *Mikhail Bakhtin: linguagem, cultura e mídia*. São Carlos: Pedro & João Editores.
* RIGOTTO, R. M. et al. (2012) O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(06), 1533-1542.
* SOUSA SANTOS, B. (2000) *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo:Cortez, 2000.
* \_\_\_\_\_\_. (2002) Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, Revista Crítica de Ciências Sociais, 62, 237-280.
* \_\_\_\_\_\_. (2006) A gramática do tempo: para uma nova cultura política, S. Paulo, Porto: Cortez Ed., Afrontamento.
* SOUSA SANTOS, B, MENESES, P, NUNES, J. A. (2004) Introdução: Para Ampliar o Cânone da Ciência. A diversidade epistemológica do mundo, in SOUSA SANTOS, B. (Org.), Semear Outras Soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento.
* VAN DER PLOEG, J. D. (2008) Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS.

**Biografia**

Marina é formada em comunicação e pedagogia. Faz doutorado no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, no Brasil. É mestre em educação com trabalho desenvolvido sobre cinema e educação. Atualmente faz parte de seu doutorado junto ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Marina Tranowski Fasanello

mtfasanello@gmail.com

Marcelo é investigador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), está envolvido com a Campanha Contra os Agrotóxicos e é um dos autores do Dossiê Agrotóxicos da Abrasco. Trabalha no desenvolvimento de um enfoque socioambiental crítico e transdisciplinar. Atualmente é investigador visitante do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2016-2017).

Marcelo Firpo Porto

marcelo.firpo@ensp.fiocruz.br

Inesita é investigadora e docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnologia em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Sua vida acadêmica está dedicada à construção do campo da comunicação e saúde dentro da saúde coletiva brasileira.

Inesita Soares de Araújo

inesita@icict.fiocruz.br